Introdução ao Estudo do Direito II

1.º Ano – Turma da Noite

20 de Junho de 2022

Tópicos de Correção

Grupo I

- a) A 10 de Maio de 2022, a Assembleia Municipal de Lisboa aprova o Regulamento y/2022, do qual consta uma norma nos seguintes termos: *“Durante as Festas de Lisboa de 2022, todos os estabelecimentos de bebidas da cidade devem encerrar às 06h da manhã”*. Perante o descontentamento popular, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, no Município de Lisboa, aprova, a 30 de Maio de 2022, o Regulamento X/2022, o qual contém a seguinte norma: *“Na área da freguesia, todos os estabelecimentos de bebidas podem funcionar até às 8h da manhã durante as Festas de Lisboa de 2022”*. António, proprietário de um bar que fica na freguesia da Misericórdia, fica sem saber qual a hora até à qual pode manter o seu bar aberto. O que lhe diria?(2 valores)
- A) **Enquadramento da questão ao nível da revogação da norma do Regulamento y/2022 pela norma do Regulamento X/2022. Enquadramento da norma do Regulamento y/2022 como norma geral e a norma do Regulamento X/2022 em como norma especial em função do território. À luz dos critérios do artigo 7.º do CC, concluir que o início de vigência da norma do Regulamento X não revoga a norma do Regulamento y/2022, antes restringe o seu âmbito de aplicabilidade. Na freguesia da Misericórdia, aplicava-se a norma do Regulamento X/2022.**
- b) Suponha que Bento, já muito doente, escreve ao seu amigo Anacleto, comunicando-lhe que quer que passe a ser ele a cuidar do seu património, mas confessa-lhe ao mesmo tempo que cometeu crime de homicídio contra a ex-mulher há cinco anos. Anacleto, conhecedor de leis, guarda a carta e não revela o seu conteúdo a ninguém. Entretanto, é publicado um Decreto-Lei que altera o artigo 75.º, n.º 1, do Código Civil, o qual passa a ter a seguinte redacção: *“Salvo se a carta missiva confidencial revelar a prática de um crime, o destinatário da mesma deve guardar reserva sobre o seu conteúdo, não lhe sendo lícito aproveitar os elementos de informação que ela tenha*

Introdução ao Estudo do Direito II

1.º Ano – Turma da Noite

20 de Junho de 2022

levado ao seu conhecimento”. Anacléto fica com dúvidas sobre se deve revelar o conteúdo da carta às autoridades por o mesmo revelar a prática de um crime. *Quid iuris?*(4 valores)

B) Enquadramento do problema da aplicação da lei no tempo e explicitação das razões da aplicabilidade das normas do artigo 12.º do CC, em particular o n.º 2: ausência de normas de direito transitório material ou formal especial e de normas sobre aplicação da lei no tempo específicas de determinados ramos de direito. Em sede de artigo 12.º, n.º 2, do CC, ter em conta que, atendendo a que estamos em matéria de direitos de personalidade subtraída à autonomia das partes, se entende que a LN dispõe sobre o conteúdo das relações jurídicas abstraindo do seu facto constitutivo e, por isso, a LN aplica-se imediatamente.

c) Admita que nos termos do DL x/2022, o pedido de pensão de sobrevivência deve ser apresentado no prazo de 6 meses, que começam a contar quando se completarem 3 meses da data do falecimento do beneficiário do regime de segurança social. Imagine que o pai de Joaquim falece no dia 1 de Janeiro, mas que a 1 de Fevereiro de 2022 entra em vigor a Lei y/2022, nos termos da qual o prazo de 6 meses começa a contar quando se completarem 2 meses da data do falecimento do beneficiário. Quando se inicia e quando termina o prazo para formular o pedido de pensão de sobrevivência?(2 valores).

C) Enquadrar a questão no âmbito das normas do artigo 297.º do CC, explicando que as mesmas se aplicam não apenas quando se verifica uma alteração do prazo, mas também quando o momento a partir do qual o mesmo se conta é antecipado ou posticipado. Neste sentido, referir que o caso se enquadra no artigo 297.º, n.º 1, do CC, atento o facto de o momento de início de contagem do prazo ser antecipado.

d) Suponha que António vai visitar o novo Museu do Tesouro Real e, durante a visita, percebe que, numa área onde a vigilância do mesmo não funciona, dois indivíduos se encontram a roubar uma das mais raras peças do acervo. António tenta contactar

Introdução ao Estudo do Direito II

1.º Ano – Turma da Noite

20 de Junho de 2022

telefonicamente os guardas do museu, mas verifica que não existe rede no edifício. Para evitar a fuga, agarra em dois extintores e atinge os ladrões nas costas e provocando-lhes lesões, mas consegue reaver a peça. Pronuncie-se sobre a licitude e as consequências da actuação de António.(3 valores)

D) Explicitar que a auto-tutela é, em geral, proibida à luz do artigo 1.º do Código de Processo Civil. Enquadrar o caso nas excepções ao princípio da proibição de auto-tutela, neste caso a legítima defesa e explicar os seus pressupostos. Referir que a legítima defesa não está em geral limitada pela requisito da proporcionalidade, subjacente à parte final do artigo 337.º, n.º 1, do CC, tendo ocorrido uma revogação tácita da norma constante deste artigo aquando do início de vigência da norma do artigo 32.º do Código Penal. Referir as consequências da actuação em legítima defesa.

Grupo II

Responda sucintamente às seguintes questões:

- a) Distinga retroactividade extrema e retroactividade quase extrema. (2 valores)
- A) Definição do conceito de retroactividade extrema, aludindo à circunstância de, no âmbito desta, as normas jurídicas ao terem efeitos sobre factos e situações passadas não respeitarem sequer as decisões transitadas em julgado; referir que na retroactividade quase extrema as normas jurídicas não respeitam em geral as situações e factos já definidos no passado, ainda que se detenham perante aquilo que já foi definido por decisão transitada em julgado. Explicação de que a retroactividade quase-extrema constitui o limite geral à retroactividade no ordenamento jurídico português (algo explicável recorrendo-se ao princípio da separação de poderes e ao disposto no artigo 282.º/3 da CRP). No entanto, o mencionado limite geral é excepcionado pelo disposto no artigo 282.º/3 da CRP e pelo disposto no artigo 2.º/4, 2.ª parte do Código Penal.**
- b) Comente a seguinte afirmação: *“No Direito Português, não existe uma proibição absoluta de as normas iniciarem vigência no dia da sua publicação”*. (3 valores)

Introdução ao Estudo do Direito II

1.º Ano – Turma da Noite

20 de Junho de 2022

B) Explicitar que a norma do artigo 2.º/2 da Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro, parece excluir a possibilidade de entrada em vigor no dia da publicação. Porém, a Lei n.º 74/98 pode ser derogada por qualquer acto com valor hierárquico idêntico ou superior. Problematização sobre se deve existir uma razão para a derrogação que se pretende efectuar – ou inadiável urgência ou para evitar o prejuízo ou frustração dos objectivos prosseguidos pelo acto legislativo.

e) Defina e diferencie os conceitos de sanção premial e sanção compensatória. (2 valores)

C) Explicar o conceito de sanção. Explicar que a sanção premial se traduz, ao contrário da generalidade das sanções, numa vantagem, patrimonial ou de outro tipo, para aquele que actua de acordo com as normas jurídicas; referir que a sanção compensatória visa colocar o lesado numa situação equivalente àquela que existiria se não tivesse ocorrido a violação da norma jurídica.

Duração: 90 minutos – Grupo I – 11 valores; Grupo II – 7 valores; redacção e sistematização: 2 valores.